



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL

Presidência

Unidade de Auditoria Interna

Despacho - SLU/PRESI/UA

Brasília-DF, 25 de maio de 2021.

À DIRAD,

Senhor diretor,

Encaminhamos os autos para ciência acerca das providências tomadas em relação ao inteiro teor da DECISÃO Nº 967/2021 (58736743), transcrita abaixo, **sobretudo em relação aos itens II, III e IV**, no que diz respeito a adoção das medidas necessárias urgentes, tendo por objetivo avaliar a execução dos serviços de coleta de resíduos domiciliares a partir da análise dos Contratos n.ºs 09/2016 (Valor Ambiental Ltda.), 29/2018 (Valor Ambiental Ltda.) e 27/2018 (Sustentare Saneamento S.A.).

"II - considerar: (...) **b)** não atendidos os itens "II-a", "II-d" e "II-e" da Decisão nº 1.808/2019; **c)** prejudicado, momentaneamente, o item "II-c" da Decisão nº 1.808/2019;

III - determinar ao Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: **a)** que adote medidas urgentes para aprovação dos Planos de Varrição Manual referentes aos Contratos n.ºs 18/2019 e 24/2019, firmados com a Sustentare Saneamento S.A. e Consita Tratamento de Resíduos S.A., respectivamente; **b)** que tome providências imediatas para o cumprimento dos itens dos Projetos Básicos e dos Termos de Referências dos Contratos, que tratam da: **b.1)** utilização de veículos em conformidade com o especificado, substituindo aqueles reprovados nas vistorias periódicas; **b.2)** aquisição de contêineres e de caminhões compactadores; **b.3)** idade máxima da frota autorizada a prestar o serviço de coleta convencional, determinando a substituição imediata de veículos que não atendam aos padrões contratuais; **c)** que encaminhe à Corte, no prazo de 60 (sessenta) dias, os resultados das medidas adotadas para cumprimento dos itens "III-a" e "III-b" retro;

IV - alertar o gestor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal: **a)** para o efetivo cumprimento do deliberado no item "II-c" da Decisão nº 1.808/2019, assim que a questão da pandemia do Coronavírus for superada, bem como para a necessidade da conclusão dos processos administrativos das apurações por descumprimento contratuais, logo após a revogação do estado de calamidade pública no Distrito Federal, já que os temas serão objeto de verificação por parte deste Tribunal em sede de monitoramento, a ser realizado em momento oportuno"

DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS ACERCA DO CONTRATO Nº 18/2019

Preliminarmente, tendo em vista o exposto no Despacho - SLU/PRESI/COMEX - 18 (62400424) e o **Item III - A** da Decisão nº 967/2021, é visto que a Comissão Executora do Contrato nº 18/2019 evidencia que o plano de varrição manual do Contrato foi **aprovado**, conforme Ofício Nº 89/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (60588818, CRC 7D516BC0).

Quanto ao **Item III - B1** a Comissão Executora do Contrato evidência que foi instaurado o Processo (00094-00000251/2020-16), em face da apresentação de veículos com **idade superior à máxima estabelecida** e de veículos utilitários leves com motor com potência **inferior** a às especificações técnicas exigidas contratualmente, especificamente no que se refere ao Peso Bruto Total (PBT) e à potência exigidas.

Nesta feita, a comissão salienta que:

"A empresa foi notificada a respeito da necessidade de se efetuar as devidas adequação, por meio do Ofício Nº 120/2021 - SLU/PRESI/COMEX-18 (62289621, CRC F37A3B06). Caso a situação não seja prontamente regularizada, será instaurado processo de apuração de irregularidade contratual, bem como serão efetuadas as tratativas internas necessárias para possibilitar o ressarcimento do dano causado ao erário, caso tal prejuízo seja confirmado. Contudo, destaca-se que tal fato não vem impactando na qualidade dos serviços prestados, mas que serão adotadas as medidas cabíveis dentro desta Autarquia para que seja regularizada a situação."

Frente ao **Item III - B2**, é visto que os itens 3. a 3.2.2 do Despacho - SLU/PRESI/COMEX - 18 (62400424) **elucidam** quaisquer questionamento acerca da aquisição de contêineres e de caminhões compactadores.

Ante o **Item III - B3** da referida Decisão, se faz necessário apontar que a Comissão Executora do Contrato nº 18/2019, apurou que conforme pode ser constatado na lista atualizada da frota enviada pela empresa, por intermédio do Ofício CE.VA 311/2021 (60830781), de 28 de abril de 2021, todos os veículos previstos contratualmente encontram-se dentro da idade contratual na presente data. As demais ações nesse sentido estão referenciadas no tópico 2 deste documento.

DAS INFORÇÕES PRESTADAS ACERCA DO CONTRATO Nº 24/2019

Preliminarmente, tendo em vista o exposto no Despacho - SLU/PRESI/COMEX (62316736) e o **Item III - A** da Decisão nº 967/2021, é visto que a Comissão Executora do Contrato nº 24/2019 evidencia que o plano de varrição manual do Contrato foi **aprovado**, conforme Ofício Nº 73/2021 - SLU/PRESI/COMEX-24 (60599501, CRC 4D99FDC7).

Destaca-se, ainda, que de acordo com o **item III - B1** da Decisão nº 967/2021, a Comissão Executora do presente contrato elucidou que, atualmente a empresa contratada não possui, em sua frota, veículos que descumprem o item 5.1.3.8 do Termo de Referência. Contudo informam que **há veículos e equipamentos que possuem algumas divergências técnicas**, em especial no tocante ao chassi e às potências e que foi aberto um processo de **apuração de responsabilidade** que resultou na aplicação de glosa retroativa que encontra-se em tramitação.

Quanto ao **item III - B2** da mencionada Decisão, cumpre citar, que os itens 3.1 a 3.6.3. do Despacho - SLU/PRESI/COMEX - 24 (62316736) **elucidam** quaisquer questionamento acerca da aquisição de contêineres e de caminhões compactadores.

Ante ao **item III - B3** da referida Decisão, se faz necessário apontar que a Comissão Executora do Contrato nº 24/2019, apurou que todos os veículos apresentados pela contratada **obedecem** ao item que trata da idade máxima da frota autorizada a prestar serviços a esta Autarquia, conforme Lista de veículos - SUMA BRASIL (62369991) elaborada pela comissão de executores a partir da lista de veículos contida no Ofício nº164/2021 (62043440).

CONCLUSÃO

Dessa forma, tendo em vista que os itens "II-d" e "II-e" da Decisão nº 1.808/2019 são relativos aos itens B1 e B3 da DECISÃO nº 967/2021, levando em consideração, ainda, que o **item IV** da DECISÃO nº 967/2021 tem como objetivo alertar o gestor do Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal :

"a) para o efetivo cumprimento do deliberado no item "II-c" da Decisão nº 1.808/2019, assim que a questão da pandemia do Coronavírus for superada, bem como para a necessidade da conclusão dos processos administrativos das apurações por descumprimento contratuais, logo após a revogação do estado de calamidade pública no Distrito Federal, já que os temas serão objeto de verificação por parte deste Tribunal em sede de monitoramento, a ser realizado em momento oportuno"

Considerando, ainda, a interdependência dos itens acima expostos, esta Unidade de Auditoria Interna considera, **s.m.j.**, que todas as medidas elencadas pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal no âmbito da DECISÃO Nº 967/2021 (58736743) foram atendidas por esta Autarquia.

Atenciosamente,

JULINHA BATISTA BORGES

Unidade de Auditoria Interna - UAI

Chefe



Documento assinado eletronicamente por **JULINHA BATISTA BORGES - Matr.0279081-5, Chefe da Unidade de Auditoria Interna**, em 26/05/2021, às 10:26, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=62579843)
verificador= **62579843** código CRC= **D29B41F5**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS Quadra 08, Edifício Shopping Venâncio, 6º Andar - Bairro Setor Comercial Sul - CEP 70333-900 - DF

3213-0128

00600-00002651/2021-07

Doc. SEI/GDF 62579843